

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA MUNICIPAL Nº. 139/2023

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 139/2023

Designa e dá atribuições aos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação de Chamamentos Público para consecução de parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco no âmbito do Município de Maxaranguape/RN (Lei Federal nº. 13019/2014, Lei Federal nº. 13204/2015 e Decreto Municipal nº. 008/2023).

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 que estabelece normas para as parcerias voluntárias envolvendo ou não recursos financeiros entre a administração pública e as organizações da sociedade civil;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº. 008 de 17 de março de 2023 que regulamentou no âmbito municipal a respectiva Lei Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de constituição da Comissão de Monitoramento e Avaliação, de que tratam, o inciso V, do art. 7º da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, inciso I do art. 3º e Art. 34 do Decreto Municipal nº 008 de 17 de março de 2023;

CONSIDERANDO a necessidade de realização de chamamento público para a contratação de Organizações da Sociedade Civil advinda de solicitação da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Maxaranguape.

Resolve:

Art. 1º - Ficam nomeados como membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação de Chamamento Público para consecução de parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco no âmbito do Município de Maxaranguape/RN, os seguintes servidores:

José Wilson da Silva – CPF 108.085.744-34 - Presidente
Carla Daniela do Nascimento - CPF 087.143.014-23 – Membro
Mário Márcio Bezerra Silva – CPF 098.171.094-88 – Membro

Art. 2º - Em concordância com o Art. 35 do Decreto Municipal nº. 008/2023, as ações de monitoramento e avaliação a serem realizadas pela referida comissão, terão caráter preventivo e saneador, para apoiar a boa e regular gestão das parcerias, devendo o termo de colaboração ou de fomento prever procedimentos de monitoramento e avaliação da execução de seu objeto, a serem realizados pelo órgão ou entidade pública, que poderão incluir, entre outros mecanismos, visitas in loco e pesquisa de satisfação.

Art. 3º - São atribuições da Comissão de Monitoramento e Avaliação:

Acompanhar e fiscalizar, com o Gestor da parceira o cumprimento das cláusulas constantes no Termo de Fomento, as atividades realizadas, o cumprimento das metas estabelecidas no plano de trabalho, o impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto;
Avaliar e homologar o relatório técnico emitido pela Secretaria Municipal executora do termo de colaboração, termo de fomento ou acordos de cooperação realizados no âmbito da

administração pública independentemente da obrigação de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil.

Estabelecer prazo razoável, no mínimo semelhante ao inicialmente concedido, para que a Organização promova a execução da parcela do objeto não cumprida ou cumprida a descontento, podendo suspender o curso da pactuação até a regularização quando tratar-se de atividade que comporte solução de continuidade.

Proceder análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração ou de fomento.

Art. 4º - As deliberações e as decisões da Comissão serão tomadas mediante o expresse consentimento da maioria absoluta de seus membros.

Art. 5º - Todas as reuniões da Comissão serão registradas em Ata própria.

Art. 6º - Para o desempenho de suas funções, a Comissão de que trata esta Portaria poderá, mediante expressa autorização do Gestor da Parceria, valer-se de apoio técnico de terceiros.

Art. 7º. Conforme exarado no §4º, Art. 34 do Decreto Municipal nº. 008/023, deverá se declarar impedido o membro da Comissão de Monitoramento e Avaliação que tenha mantido relação jurídica, nos últimos 2 (cinco) anos, com a organização da sociedade civil celebrante do termo de colaboração ou do termo de fomento, para que são consideradas, entre outras, as seguintes hipóteses:

I - Participação como associado, dirigente ou empregado de organização da sociedade civil celebrante ou executante de termo de colaboração ou termo de fomento com o órgão ao qual está vinculado;

II - Prestação de serviços direta ou indireta à organização da sociedade civil celebrante ou executante de termo de colaboração ou termo de fomento com o órgão ao qual está vinculado; ou

III - Recebimento de bens e serviços de organização da sociedade civil celebrante ou executante de termo de colaboração ou termo de fomento com o órgão ao qual está vinculado.

Art. 8º - Revogadas as disposições contrárias, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maxaranguape/RN, 28 de julho de 2023.

MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA

Prefeita de Maxaranguape

Publicado por:

José Walter de Oliveira Filho

Código Identificador:2DF27341

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 02/08/2023. Edição 3088

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/femurn/>